Professores levam sua proposta de reposição

As propostas de reposição de aula, aprovadas no terceiro dia "V" (dia em que os professores discutiram com a comunidade a reposição das aulas), serão apresentadas ao Governo do Distrito Federal durante encontro da comissão de negociação com o governador interino, Guy de Almeida, marcado para a próxima terça-feira. A decisão foi tomada durante a primeira assembléia da categoria, realizada depois da greve que durou 47 dias, onde compareceram pouco mais de mil profissionais.

Os professores discutiram muito a questão da exoneração dos 19 diretores de complexos e escolas, ocorridas devido à greve. Eles decidiram que, por enquanto, não tomarão nenhuma atitude com relação ao assunto, já que as negociações com o governo ainda não terminaram.

As negociações pouco evoluíram uma semana depois do fim da greve. O acordo de 1987 ainda não foi assinado e a categoria não tem certeza se receberá o pagamento do IPC integral no mês de maio. A comissão de negociação já esteve duas vezes com o Secretário da Educação, Fábio Bronó, mas nada ficou decidido. Na assembléia de ontem, os professores resolveram esperar a continuidade das negociações.

Segundo o diretor do Sindicato dos Professores, Márcio Fracari, dentro de mais ou menos 20 dias o dissídio coletivo será julgado pela Justiça. Se até lá nada ficar acertado, entre os professores e a Fundação

Educacional, a Justiça determinará os ganhos da categoria. O Plano de Cargos e Salários já foi publicado e está garantido, mas essa foi uma conquista do ano passado e não entra no acordo salarial deste ano. Márcio disse que não é interessante que o processo seja julgado. "Nós esperamos que o governo cumpra a sua palavra e negocie conosco pelo menos o ganho real. Nós voltamos ao trabalho com a promessa de que as negociações, seriam reabertas".

A reposição

As propostas de reposição, discutidas ontem na assembléia, vão desde a não reposição de aulas até o alongamento do período diário de aulas. O calendário apresentado na semana passada pela Secretaria de Educação e aprovado pelo Conselho de Educação foi considerado improdutivo pela categoria.

Os professores já decidiram, no entanto, que se ficar obrigatória, depois da revisão que a Secretaria de Educação ficou de fazer no calendário, a reposição aos sábados, eles não aplicarão provas, nem ministrarão matérias novas nesses dias, para que os alunos não fiquem obrigados a comparecer.

Na terça-feira, o GDF toma conhecimento das propostas de professores e comunidade e deve divulgar o novo calendário. Nessa reunião o GDF deve se posicionar também com relação as reivindicações salariais dos professores para o ano de 1987. Amanhã, a categoria volta a se reunir.